



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Saúde e Meio Ambiente

do esgoto doméstico *in natura* nos solos, barrancos, ruas e águas, de molde a evitar e coibir a contaminação ambiental com riscos à saúde pública, promovendo a instalação de fossas e tanques sépticos ou de estações de tratamento de esgoto sanitários (por fossas ecológicas e estações de tratamento de esgoto ETE); e ainda dos efluentes não tratados dos grandes geradores de esgoto na agropecuária, indústria e comércio, tendente a orientar e promover o seu devido e adequado tratamento em conformidade com a legislação ambiental.

2. Ocorre que a resposta limitou-se a encaminhar um termo de ajustamento de conduta com o IPAAM para recuperar minimamente o aterro de resíduos sólidos. Não trouxe qualquer iniciativa, projeto e a comprovação de medidas de vigilância sanitária e serviço de tratamento de esgotos, mesmo que para equacionar o problema no médio e longo prazo. Não há disponibilidade nem previsão de equipamentos mínimos de saneamento para eliminação dos agentes patogênicos das águas servidas. Os sistemas, público e individuais, são arcaicos e incapazes de evitar degradação dos corpos hídricos e doenças. Não há estação de tratamento de esgoto nem estratégia para obtenção das finanças necessárias a dotar o município de tal estrutura.

3. O fato merece ser apurado e gerido pelo serviço de controle externo pois a falta de saneamento básico e ecológico em nível municipal urbano, em condições mínimas, é estado de coisas inconstitucional. O direito constitucional fundamental ao meio ambiente hígido e ao desenvolvimento equilibrado para presentes e futuras gerações, encontra-se capitulado no artigo 225 da Constituição Brasileira. A competência comum municipal de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, cuidar da saúde e promover a melhoria do saneamento básico, consta dos termos do artigo 23 da Constituição Brasileira. Trata-se de genuíno serviço público municipal o



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Saúde e Meio Ambiente

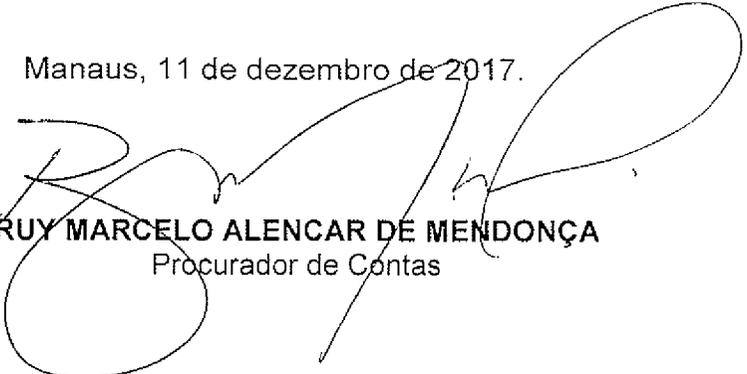
esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgotos e efluentes), consoante a Lei da Política Nacional do Saneamento (Lei n. 11.445/2007).

4. O *déficit* de saneamento básico nos municípios do Estado do Amazonas, em especial, no tocante à falta de esgotamento sanitário/doméstico ecologicamente correto, configura grave omissão de gestão pública, porque relacionado a direito constitucional fundamental cuja concreção deve ter prioridade relativamente a outras políticas públicas e de ações de governo, paralelamente com as ações de atenção à saúde e à educação fundamental. Cumpre, ainda que por parcerias interfederativas, arranjos de compensação ambiental (PSA), conceber e implantar os sistemas, com eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental.

5. Pelo exposto, requer-se a notificação do senhor Prefeito, e ainda dos titulares da SEMA, do IPAAM assim como dos secretários municipais de Meio Ambiente, de Limpeza Pública e de obras/infraestrutura, da entidade encarregada de saneamento (serviços autônomos municipais - e da COSAMA onde ainda atuar), para responderem aos termos desta representação. Isso sem prejuízo a eventual realização de audiência das partes perante a relatoria com vistas à possível proposta de ajustamento de gestão, para, a tempo e modo, mitigar e resolver a grave omissão antijurídica e lesiva.

6. Espera controle externo tempestivo, eficaz e efetividade da ordem jurídica. Protesta-se por ciência dos encaminhamentos.

Manaus, 11 de dezembro de 2017.


RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA
Procurador de Contas

